

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Ministério finaliza projeto para privatizar a Eletrobras](#) 3

O Estado de S. Paulo

[Título: Eletrobrás lucra R\\$ 550 milhões no 3º trimestre](#)..... 16

[Título: Energia de Belo Monte vai chegar em dezembro](#)..... 17

Valor Econômico

[Título: MME apressa a entrega do projeto de lei de privatização da Eletrobras à Casa Civil](#). 22

[Título: Medida provisória vai tentar destravar recurso da União com o pré-sal](#)..... 23

[Título: MP resolve imbróglio da partilha](#)..... 26

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....**3**

Título: Ministério finaliza projeto para privatizar a Eletrobras 3

Título: Perdas e ganhos da Petrobras 3

Título: Gasolina sobe 2% no município do Rio e já custa, em média, R\$ 4,259..... 6

Título: Perto do calote, Venezuela não faz acordo em reunião com credores..... 7

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**9**

Título: Álcool se recupera de queda, mas fechará 2017 no negativo 9

Título: Petrobras caminha para registrar o primeiro lucro anual após Lava Jato	10
Título: Shell prevê perfurar em 2019 área do pré-sal	11
Título: Venezuela adia possível declaração de calote	12
Título: Processo da tragédia de Mariana é retomado	14
Título: É 'inaceitável' o incentivo a petróleo, diz Sarney Filho	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Eletrobrás lucra R\$ 550 milhões no 3º trimestre	16
Título: Energia de Belo Monte vai chegar em dezembro	17
Título: Petrobrás tem lucro de R\$ 266 mi no 3º trimestre	18
Título: Venezuela tem dinheiro só para pagar dívidas	20
VEÍCULO: Correio Braziliense	21
Título: Petrobras: lucro de R\$ 266 mi	21
VEÍCULO: Valor Econômico	22
Título: MME apressa a entrega do projeto de lei de privatização da Eletrobras à Casa Civil	22
Título: Medida provisória vai tentar destravar recurso da União com o pré-sal	23
Título: MP resolve imbróglio da partilha	26
Título: Reajuste de combustíveis impõe viés de alta à inflação	27
Título: Petros, Funcef e Previ aderem à arbitragem contra Petrobras	28
Título: Shell busca oportunidade em geração de energia	31
Título: Eletrobras espera decisão sobre class actions até meados de 2018	32
Título: Equatorial é candidata a ativos da Eletrobras	32
Título: Destaque	33
Título: Na era Trump, EUA promovem o carvão na conferência do clima	34
Título: China puxa novo recorde nas emissões de CO2 neste ano	36
Título: Produção de petróleo na Venezuela segue em queda	37
Título: Aumento da gasolina ajuda a ampliar demanda por etanol	37
Título: Raízen eleva previsão de investimento para até R\$ 2,6 bi na safra	39
Título: Ibovespa oscila, mas sobe 0,43% no fim do dia	40

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Ministério finaliza projeto para privatizar a Eletrobras**

Texto será enviado à Casa Civil hoje, diz **Ministro Fernando Coelho Filho**

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, informou que pretende encaminhar ainda hoje à Casa Civil a minuta do projeto para a privatização da Eletrobras. Segundo ele, a partir daí, o texto deve chegar logo ao Congresso. O ministro acredita que o trâmite no Congresso também será rápido, já que o próprio presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), comprometeu-se a acelerar o processo. — Falamos sobre o trâmite do projeto de lei (com Rodrigo Maia) e ele se comprometeu a ajudar, para que a gente pudesse até o fim do ano aprovar o projeto na Câmara — destacou o ministro, ao participar, no Rio, de evento do setor de petróleo e gás.

Fernando Coelho Filho disse que, na privatização, a União ficará com menos de 50% do capital da Eletrobras, mas terá o direito de nomear o presidente do Conselho de Administração da companhia. — Não vamos ter o controle, mas foi definido na reunião com o presidente (Michel) Temer que a União terá sempre o conselheiro, mas que esse conselheiro possa ser o presidente do Conselho. Foi uma sugestão do próprio presidente, que foi aceita por todos, e isso estará no projeto que vamos enviar para a Casa Civil.

O Ministro explicou que a reforma do setor elétrico será tratada por meio de projeto de lei, que será enviada ao Congresso ainda este mês.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa, Ramona Ordóñez e Danielle Nogueira****Título: Perdas e ganhos da Petrobras**

Com queda na venda de combustíveis, lucro da estatal é de R\$ 266 milhões, abaixo do esperado

A perda de participação da Petrobras na venda de gasolina e diesel no Brasil fez a estatal registrar lucro abaixo do esperado pelo mercado. No terceiro trimestre, a companhia teve um ganho de R\$ 266 milhões, abaixo do projetado por analistas, que previam lucro em torno de R\$ 2,7 bilhões. Mas, apesar disso, o

resultado reverteu o prejuízo de R\$ 16,458 bilhões no terceiro trimestre de 2016. Assim, no ano, o lucro acumulado totalizou R\$ 5,031 bilhões, contra perdas de R\$ 17,334 bilhões no mesmo período de 2016.

Na avaliação de analistas, outros dois fatores pesaram negativamente no resultado, o que explica o lucro abaixo do esperado: programas de regularização de dívidas com o governo federal e perdas com contingências judiciais, um impacto de R\$ 2 bilhões no trimestre. Desse total, o Refis representou uma redução de R\$ 900 milhões no lucro. Entre os fatores positivos, a companhia destacou maiores exportações, a preços mais elevados, de petróleo e redução de 18% nos custos. Houve ainda uma redução de 12% no número de funcionários nos primeiros nove meses.

Com a ajuda do câmbio, o endividamento total da companhia chegou a US\$ 113,5 bilhões no terceiro trimestre, pouco abaixo dos US\$ 113,8 bilhões do período findo em junho. A companhia também reduziu seus investimentos. No terceiro trimestre, foram R\$ 10,435 bilhões, menos que os R\$ 12,259 bilhões do mesmo período de 2016. No ano, o total é de R\$ 33,4 bilhões, queda de 19%. Dessa forma, a Petrobras conseguiu ter um fluxo de caixa livre positivo por dez trimestres consecutivos. No acumulado de 2017, foram R\$ 37,4 bilhões, 26% superior ao mesmo período do ano passado.

— O resultado teve aspectos positivos. Conseguimos manter a margem operacional e o fluxo de caixa. A participação de mercado é um ponto de atenção que estamos olhando de perto. Houve ainda os itens extraordinários, que reduziram o número final. Mas a tendência é positiva. E gostaríamos de pagar dividendos o mais rapidamente possível. Queremos fazer em 2017, mas não podemos garantir — disse Pedro Parente, presidente da estatal, na apresentação do balanço.

EXPORTAÇÕES CRESCEM 39%

Com a maior concorrência, a Petrobras registrou queda na comercialização de combustíveis no país. No ano, entre janeiro e setembro, as vendas de gasolina, em volume, caíram 3%, e as de diesel recuaram 10%. Segundo Jorge Celestino, diretor de Refino e Gás Natural, a Petrobras forneceu ao mercado 76% do diesel consumido no país. No caso da gasolina, a participação da estatal foi de 83%.

— Vamos fazer uma análise competitiva e trazer para a diretoria novos programas estratégicos para manter nossa participação de mercado e criar novas políticas e novas margens de preço. Hoje a importação de gasolina é de cerca de 50 mil a 60 mil barris por dia. Já a de diesel está entre 280 mil e 300 mil barris por dia. Não temos como prever qual será o comportamento do mercado

— disse Celestino, quando perguntado sobre qual será a estratégia da companhia para recuperar o mercado.

Por outro lado, a Petrobras destacou o aumento das exportações. Os embarques aumentaram em 39%, enquanto as importações da estatal recuaram 19%, entre janeiro e setembro. Segundo Parente, a margem da exportação é menor que a da venda dos derivados no mercado interno, o que ajuda a explicar o resultado no trimestre.

— A margem da exportação é menor que a da venda interna, mas ainda assim é positiva. A política de preços da companhia entrou em vigor em outubro de 2016. E, se levar em conta esse período até 31 de outubro deste ano, a variação na gasolina feita pela Petrobras foi de 1,4%, sem imposto. Levando-se em conta a alteração na tributação, o aumento chega a 22,1%. No caso do diesel, reajustamos o preço em 4,1%. E com os impostos a alta chega a 14,6%. É preciso dar transparência a isso — afirmou Parente.

POLÍTICA DE PREÇOS FARÁ EFEITO AGORA

Ainda assim, para analistas de mercado, a nova política de preços ainda não teve impacto significativo sobre a geração de caixa da estatal. A geração de caixa operacional, medida pelo Ebitda, ficou em R\$ 63,571 bilhões entre janeiro e setembro deste ano. Isso representa uma queda de 1% em relação ao mesmo período de 2016. No terceiro trimestre, a geração de caixa ficou em R\$ 19,223 bilhões, contra R\$ 22,262 bilhões um ano antes.

— No terceiro trimestre, e mesmo nos trimestres anteriores de 2017, o preço do petróleo se manteve na faixa de US\$ 50 o barril. E o câmbio não teve grande variação. Vamos sentir os efeitos da nova política de preços no quarto trimestre. No último mês e meio, o barril do petróleo chegou a passar dos US\$ 60 — disse Phillip Soares, analista da corretora Ativa Investimentos.

Dessa forma, entre alta nas exportações e redução nas vendas internas, a receita chegou a R\$ 207,1 bilhões entre janeiro e setembro, queda de 2% em relação ao mesmo período do ano passado. A receita trimestral foi de R\$ 71,8 bilhões, alta de 2% frente ao terceiro trimestre de 2016.

Com a venda de ativos, a produção de petróleo da companhia no Brasil caiu 4,35%: foram 2,197 milhões de barris diários no terceiro trimestre deste ano, abaixo dos 2,297 milhões de barris/dia registrados no mesmo período de 2016. Considerando-se a produção de gás, o total caiu de 2,869 milhões para 2,749 milhões por dia, na mesma comparação. Soares, da Ativa, destacou o resultado da alienação de bens e baixa de ativos — como no Comperj —, que levaram a

uma perda de R\$ 750 milhões no trimestre. Para ele, as baixas continuarão a ser a grande incógnita nos balanços.

Pedro Galdi, analista da corretora Magliano, elogiou a redução do endividamento. No ano, a dívida líquida caiu 11%, passando de R\$ 314,120 bilhões para R\$ 279,237 bilhões. Ele avaliou que a tendência é que a dívida caia com o esperado IPO (abertura de capital) da BR Distribuidora: — A empresa continua fazendo uma faxina, mas não sabemos até quando ela vai limpar o balanço. Essa é a grande dúvida do mercado.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Gasolina sobe 2% no município do Rio e já custa, em média, R\$ 4,259

Alta foi de 2,03% na semana passada. Em Goiânia, clientes fazem protesto

A alta dos preços do petróleo no mercado internacional nas últimas semanas — quando o produto chegou a superar os US\$ 60 por barril — está pesando no bolso do consumidor brasileiro. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o preço médio da gasolina subiu 1,44% no país na semana passada, para R\$ 3,938. No município do Rio, a alta foi ainda maior, de 2,03%, passando de R\$ 4,174 o litro para R\$ 4,259.

No Estado do Rio, o preço médio é de R\$ 4,275, o terceiro maior entre as 27 unidades da federação. No Acre, onde a gasolina é a mais cara do país, o litro custa em média R\$ 4,519. Em Goiás, R\$ 4,384. Ontem, em Goiânia, consumidores fizeram protestos em postos de gasolina contra os preços elevados no estado. O Acre continua sendo o estado onde a gasolina é a mais cara do país, custando em média R\$ 4,519 o litro. A segunda gasolina mais cara vendida no país é em Goiás, a R\$ 4,384 o litro, seguida em terceiro lugar do Rio de Janeiro onde custa R\$ 4,275 o litro. O estado do Maranhão é onde é vendida a gasolina mais barata do país, a R\$ 3,657 o litro.

A Petrobras vem adotando desde outubro do ano passado uma nova política de preços dos combustíveis, que passaram a acompanhar as cotações internacionais e também os efeitos do câmbio e da concorrência no mercado interno. Em junho, a empresa adotou uma política que permite a revisão até diária dos preços da gasolina e diesel. Somente em novembro, a Petrobras fez dois reajustes significativos na gasolina e no diesel em suas refinarias, de 3,6% e de 2,3%, nos dias 4 e 7, respectivamente.

O álcool, por sua vez, era vendido na semana passada no Rio de Janeiro a R\$ 3,264 o litro, uma alta de 2,8% em relação à semana anterior, quando o produto foi vendido a R\$ 3,175. Já o diesel teve uma alta de preços da ordem de 1,8% na semana passada, quando o litro foi vendido a R\$ 3,332, contra R\$ 3,270 na semana anterior. (Ramona Ordóñez)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: João Sorima Neto e Lucianne Carneiro

Título: Perto do calote, Venezuela não faz acordo em reunião com credores

Com menos de US\$ 10 bi em reservas, país precisa renegociar dívida

-CARACAS, SÃO PAULO, RIO E BRASÍLIA- Com uma dívida total de US\$ 150 bilhões e menos de US\$ 9,7 bilhões em reservas internacionais, a Venezuela está à beira do default. Uma reunião realizada ontem, em Caracas, entre o governo venezuelano e credores para discutir um plano de renegociação da dívida externa terminou sem acordo. Em paralelo, os detentores de bônus em Nova York decidiram continuar hoje um encontro, nos Estados Unidos, para avaliar o atraso nos pagamentos da Venezuela.

A reunião de ontem em Caracas, que durou apenas 25 minutos, foi comandada pelo vice-presidente Tarek El Aissami, que leu um comunicado responsabilizando as sanções impostas pelo governo americano de Donald Trump pelos atrasos nos pagamentos pela Venezuela, sem apresentar, porém, nenhuma proposta para renegociação. — Basicamente, eles (os venezuelanos) afirmaram que os últimos atrasos em pagamentos da dívida eram devido a problemas operacionais, atribuindo às sanções dos Estados Unidos — declarou à AFP Gerónimo Mansutti, gerente de finanças da bolsa Rendivalores.

Cerca de 300 credores ou seus representantes participaram do encontro realizado a portas fechadas no Palácio Blanco, em frente à Casa do Governo. Analistas não acreditam na possibilidade de um acordo, pois as sanções dos Estados Unidos contra a Venezuela proíbem seus investidores de negociar a dívida venezuelana. Quase 70% dos donos de títulos são americanos e canadenses. Ou seja, não seria possível trocar esses títulos por outros de prazo mais longo.

IMPACTO NO BRASIL

Em Nova York, a Associação Internacional de Swaps e Derivativos (ISDA), que reúne proprietários de títulos da dívida, disse ontem que verificou informações "sobre se ocorreu uma interrupção de pagamento" de um bônus da PDVSA, a

estatal de petróleo, de US\$ 1,161 bilhão. O governo garante que já transferiu os recursos, mas os credores não haviam recebido até sexta-feira.

A dificuldade de receber por suas vendas, desde que foi instalado o estado de emergência na Venezuela, em 2016, levou muitas empresas brasileiras a reduzirem as exportações ao país vizinho, e até mesmo, em muitos casos, a encerrarem esse fluxo comercial. O setor de aves, por exemplo, chegou a ter na Venezuela o quinto maior mercado comprador sete anos atrás. Mas, desde 2014, o total embarcado, em toneladas, caiu quase oito vezes. Dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) mostram que, entre janeiro e setembro deste ano, foram embarcadas 20,5 mil toneladas de aves para a Venezuela. Em 2014, no mesmo período, o volume fora de 160,5 mil toneladas.

— Desde 2015, empresas do nosso setor começaram a registrar atrasos nos pagamentos dos produtos. E o maior comprador é o Ministério da Alimentação, mas nem ele tem a garantia do governo para pagar os produtos. Hoje, quem ainda continua vendendo para a Venezuela só faz negócios à vista — diz Francisco Turra, presidente da ABPA.

Grandes empresas do setor de aves, que vendiam regularmente para a Venezuela, chegaram a ter mais de US\$ 50 milhões em pagamentos atrasados. Companhias aéreas brasileiras, como a Gol e a Latam, também mantêm suspensos seus voos para o país desde 2016, devido às dificuldades para receber. O coordenador do MBA de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Oliver Stuenkel, afirma que a Venezuela já vinha deixando de pagar credores menores, como as empresas brasileiras. Agora, com a possibilidade de default de títulos da dívida soberana ou da PDVSA, a crise se agrava, já que muitos desses papéis estão nas mãos de fundos de investimento que vêm financiando o país.

— Se não receberem, estes fundos podem acionar cortes internacionais. Em tese, eles poderiam reter navios de petróleo venezuelano que chegam aos seus destinos como garantia de recebimento. Acredito que o governo venezuelano vai tentar postergar ao máximo a decretação de default para evitar problemas com a venda de petróleo — diz Stuenkel.

Ele afirma que é difícil saber qual é o tamanho do calote do governo venezuelano e de importadores privados com empresas brasileiras. Mas ele lembra que as companhias nacionais tinham ao menos US\$ 6 bilhões a receber em contratos fechados em 2015 para os próximos anos, antes da entrada em vigor do estado de emergência.

O consultor Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, afirma que, entre seus clientes,

exportadores de alimentos e produtos de linha branca deixaram de vender para a Venezuela, nos últimos anos, por causa do risco de calote. Ele lembra que a Venezuela chegou a importar mais de US\$ 5 bilhões anuais de produtos do Brasil. Mas a partir de 2013, quando a situação começou a se agravar com a queda do preço do petróleo e a redução das reservas internacionais, a venda se resumiu a alimentos.

SANÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

O Ministério da Fazenda brasileiro enviou correspondência à embaixada da Venezuela para informar sobre o atraso no pagamento de US\$ 262,5 milhões.

Ontem, os ministros de Relações Exteriores da União Europeia aprovaram sanções econômicas contra a Venezuela, que incluem um embargo de armas, afirmando que as eleições regionais realizadas no mês passado aprofundaram a crise no país. Entre as medidas previstas nas sanções econômicas estão proibição de viagens e congelamento de ativos de alguns integrantes do governo, mas os nomes não foram divulgados ainda. A determinação da UE abrange ainda possíveis futuras sanções contra "responsáveis por graves violações dos direitos humanos"! Desde o início dos protestos da oposição venezuelana, em abril, são ao menos 125 mortos em quatro meses.

Colaborou Gabriela Valente, com agências internacionais

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Álcool se recupera de queda, mas fechará 2017 no negativo

Mercado Aberto

As vendas de gasolina perderam vigor, e o álcool recuperou mercado no terceiro trimestre, aponta a ANP (Agência Nacional do Petróleo). Os dados constam do primeiro relatório desde o aumento de PIS e Cofins e da política da Petrobras de ajustar preços para acompanhar cotações internacionais. O álcool, que havia perdido 20% de volume no primeiro semestre, ainda tem saldo negativo, mas, agora, de 16%.

Este ano vai fechar com números menos ruins, afirma Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica (união da indústria da cana). "A melhora é decorrente dos reajustes da Petrobras, mas vamos fechar 2017 no negativo por uma questão de base de comparação."

O saldo de importação de álcool também melhorou — neste ano, o Brasil vai comprar mais etanol que exportar, mas nos últimos três meses o país diminuiu o tamanho do déficit comercial.

"Tivemos uma avalanche de etanol importado no Nordeste, até que o setor se mobilizou e a Câmara de Comércio Exterior implantou taxa."

Ao se incluir custos de logística, o etanol brasileiro fica mais caro que o de milho dos EUA, diz Paula Arantes, consultora da Ilios, empresa que atua no setor.

Outra consequência da variação diária de valores de combustíveis é que as vendas aos consumidores finais são menores que as entregas às redes de abastecimento, que passaram a arbitrar preços, segundo Arantes.

"Houve um movimento de aumento de estoques por parte das distribuidoras."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA - DO RIO

Título: Petrobras caminha para registrar o primeiro lucro anual após Lava Jato

Empresa acumula ganhos de R\$ 5 bi em 2017 e chega a quatro trimestres seguidos no positivo

Resultado no 3º tri fica abaixo do esperado; empresa diz que adesão a refinanciamento tributário é causa

A Petrobras teve lucro de R\$ 266 milhões no terceiro trimestre e pode fechar 2017 com o primeiro lucro anual desde 2013, antes da descoberta do esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato. Foi o quarto trimestre consecutivo com resultado positivo. No acumulado do ano, a Petrobras soma R\$ 5 bilhões de lucro, segundo o balanço divulgado nesta segunda (13). No mesmo período do ano anterior, houve prejuízo de R\$ 17,3 bilhões, provocado por baixas em valores de ativos no valor de R\$ 47,3 bilhões.

O resultado do trimestre ficou abaixo dos R\$ 3,56 bilhões esperados por analistas consultados pela Bloomberg. A empresa diz que a diferença reflete fatores não recorrentes, como a adesão a programas de regularização tributária e provisão para contingências judiciais, que impactaram o resultado negativamente em cerca de R\$ 2 bilhões. "Levando em conta os índices não recorrentes, o nosso resultado não ficaria distante das projeções do mercado", afirmou o presidente da companhia, Pedro Parente.

Ele evitou, porém, projeções sobre o primeiro lucro anual desde 2013 — e, consequentemente, sobre o pagamento de dividendos a seus acionistas. "Queremos pagar dividendos o mais rápido possível. Esperamos que seja 2017, mas não podemos garantir", disse. A direção da companhia, porém, disse não esperar baixas no valor de ativos em volumes significativos até o final do ano. Desde 2014, essas revisões têm tido impacto determinante nos maus resultados da empresa.

O resultado do terceiro trimestre de 2017 teve como influência positiva o crescimento das exportações de petróleo e derivados e cortes de custos. No mesmo período de 2016, quando realizou a revisão dos valores de ativos, a companhia teve prejuízo de R\$ 16,5 bilhões.

RECEITA

A receita da estatal foi de R\$ 71,8 bilhões, 2% a mais do que no mesmo trimestre do ano anterior. A geração de caixa medida pelo Ebitda foi de R\$ 22,2 bilhões, ante R\$ 14,7 bilhões no mesmo período do ano anterior. Pelo décimo trimestre consecutivo, a companhia teve fluxo de caixa livre, isto é, gerou mais dinheiro do que gastou —no acumulado do ano, a sobra já é de R\$ 37,5 bilhões, recursos que estão sendo usados para rever o perfil da dívida da empresa.

"A gente já começa a colher os benefícios dos prê-pagamentos de dívidas", disse o diretor financeiro da companhia, Ivan Monteiro. No ano, a Petrobras amortizou

pagou R\$ 91 bilhões em dívidas e captou R\$ 72 bilhões.

A empresa fechou o trimestre com dívida líquida de R\$ 279,2 bilhões, queda de 5% com relação aos R\$ 295,3 bilhões do fechamento do trimestre anterior. O indicador de dívida líquida sobre Ebitda caiu para 3,16 vezes, ante 3,23 vezes no trimestre anterior. A meta é alcançar 2,5 vezes ao fim de 2018. Os investimentos permanecem abaixo do registrado no ano anterior. Nos primeiros nove meses de 2017, foram R\$ 29,4 bilhões, queda de 19%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DA REUTERS

Título: Shell prevê perfurar em 2019 área do pré-sal

Empresa é parceira da Total na operação

Segundo maior produtora de petróleo do país, a Shell prevê iniciar em 2019 a perfuração na área Sul do Gato do Mato, na Bacia de Santos, que foi arrematada em parceria com a Total em leilão do prê-sal de outubro. A área é adjacente ao prospecto de Gato do Mato, descoberto pela Shell e sua parceira. "A gente já perfurou na área, sabe como fazer, temos experiência, então é colocar tudo o que a gente já tem para não perder tempo", disse André Araújo, presidente no Brasil da empresa anglo-holandesa.

Ele destacou que a empresa já está trabalhando no que é importante para a exploração da nova área. "A gente já sabia onde queria perfurar antes, obviamente sempre tem novos estudos. O time vai definir exatamente o local de perfuração, mas não saímos do zero."

A Shell é operadora das duas áreas, com 80% de participação. Ela prevê investir cerca de US\$ 2 bilhões por ano no país até 2020. Araújo também afirmou que está em busca de oportunidades em energias renováveis no Brasil, por meio de aquisições ou parcerias. "Há um número grande de empresas que acreditam que energia renovável no Brasil vai crescer, são oportunidades de negócios. Por que não entrar?"

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor: YAN BOECHAT - COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM CARACAS

Título: Venezuela adia possível declaração de calote

Em reunião com investidores, governo não faz proposta concreta sobre renegociação de dívida de petroleira estatal

Órgão internacional também posterga para terça (14) decisão sobre anúncio de default do país sul-americano

A decisão da Associação Internacional de Swaps e Derivativos (Isda, na sigla em inglês) de adiar a declaração de calote ou não da Venezuela transformou o que poderia ser uma segunda-feira (13) turbulenta em mais um dia de expectativa e suspensão. A entidade, que congrega os principais atores do mercado financeiro global e cujas decisões podem desencadear uma série de mecanismos legais contra um país em calote, se reúne mais uma vez nesta terça-feira (14) para tratar do assunto.

Se ela considerar que a Venezuela não cumpriu o acordado no pagamento de juros e de parcelas de papéis emitidos pela PDVSA, a gigante petroleira que sustenta o país, o default será declarado. O diagnóstico, seja ele qual for, será controverso e deverá movimentar os mercados emergentes. Apesar de não ter

observado o prazo de pagamento de juros de títulos da PDVSA, que venceu na semana passada, a Venezuela efetuou o depósito de quase US\$ 1,2 bilhão aos investidores no último fim de semana.

Como o fez fora da data estipulada, a maior parte dos analistas crê que a Isda vá declarar o país em default, apesar de, na prática, ele ter cumprido seus compromissos. "Será uma decisão técnica, que vai impactar os detentores de CDS (Credit Default Swap), mas não acelerará a cobrança das dívidas futuras nem abrirá espaço para ações judiciais no mercado americano", diz o economista Luis Vicente León, presidente da consultoria Datanalysis.

Os detentores dos CDS, uma espécie de seguro contra o risco de calote em papéis de dívidas, soberanas ou não, no mercado financeiro, estão pressionando a Isda a declarar a Venezuela em default para poder receber os prêmios estipulados nas apólices. "Eles, é claro, são os mais interessados nisso agora, mas haverá impacto em todo o mercado [se a associação se decidir pela declaração de calote] e será ainda mais difícil para a Venezuela conseguir novos aportes para manter o país minimamente abastecido", diz o também economista José Toro Hardy, ex-diretor da petrolífera estatal.

TAPETE VERMELHO

Na segunda, em Caracas, entre 60 e cem detentores de títulos da PDVSA foram recebidos com tapete vermelho, suco e arepas pelo governo venezuelano. Eles atenderam ao chamado do ditador

Nicolás Maduro, que pretende renegociar a dívida externa de US\$ 60 bilhões da estatal petroleira. Maduro havia declarado, no domingo (12), que 400 investidores haviam confirmado presença no encontro e que a Venezuela jamais entraria em default.

A expectativa era de que, na reunião, o governo apresentasse propostas sobre como pretende pagar seus compromissos de curto e longo prazo. Mas, ao que parece, nada disso aconteceu.

De acordo com investidores que participaram do evento, o vice-presidente, Tareck El Aissami, e o ministro das Finanças, Simón Zerpa, apenas leram uma nota e prometeram que mesas técnicas serão montadas para discutir como será feita a reestruturação da dívida. "Não propuseram nada, foi uma oportunidade perdida", afirmou à agência Reuters um dos investidores que participou do encontro.

BRASIL CREDOR

Também na segunda, o Brasil comunicou ao Clube de Paris que a Venezuela entrou em default por não pagar uma parcela de US\$ 262 milhões da dívida de US\$ 1,5 bilhão que tem com o país. Em janeiro de 2018, uma nova parcela, esta no valor de US\$ 270 milhões, também vence. Enquanto o mercado financeiro acompanhava atento o desenrolar da crise financeira do país, a União Européia aprovou uma série de sanções contra a Venezuela. A principal medida é a proibição da venda ao país de armas e equipamentos de defesa que possam ser usados na repressão à população civil.

Ativos de integrantes do governo de Nicolas Maduro também foram congelados.

Nas ruas de Caracas, a população permanecia alheia ao futuro do país na ciranda financeira global. Com o dólar disparando diante da possibilidade de o país se tornar inadimplente, as apostas giravam em torno de quanto o papel americano estaria valendo ao final do ano. Apenas nos últimos 12 meses, o bolívar, moeda do país, perdeu 96,55% de seu valor, ajudando a ampliar ainda mais a inflação, que deve fechar o ano acima de 1.000%. O valor do salário mínimo, sem o bônus de alimentação, despencou para o equivalente a US\$ 4,3.

"Nisso tudo, uma coisa apenas é certa", diz o economista Luis Vicente León. "O próximo ano será muito pior do que esse. Sobre isso, não há dúvidas."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

Autor: DE SAOPAULO

Título: Processo da tragédia de Mariana é retomado

Ação penal contra 21 réus estava parada na Justiça desde julho, após recursos das defesas

A ação penal sobre os crimes relacionados ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), voltou a tramitar na Justiça. O caso estava parado desde julho, quando a defesa de dois dos 21 réus alegou irregularidades em escutas telefônicas.

O pedido de que as provas resultantes do monitoramento telefônico fossem consideradas nulas por excesso do período das escutas e violação à privacidade foi indeferido, sob a justificativa de que, por terem sido acionadas diferentes companhias telefônicas, é normal que as escutas fossem feitas em dias diferentes.

Quanto ao material de diálogos em mensagens e e-mails corporativos, o Juízo Federal considerou a prova inválida e determinou que ela fosse desvinculada do processo.

A decisão diz que não há nas conversas transcritas menção às atas do conselho de administração da Samarco.

Foram indeferidos outros 11 pedidos dos réus e acatados dois pedidos da Procuradoria: o desmembramento da denúncia em relação aos cinco réus estrangeiros, e a antecipação do depoimento do projetista original da barragem.

Entre os 21 denunciados por homicídio qualificado com dolo eventual (quando se assume o risco) pelas 19 mortes na tragédia estão 16 funcionários da Samarco e cinco da Vale e da BHP Billiton.

A Samarco afirmou que não vai se manifestar. Procurada, a Vale não respondeu até a conclusão desta edição

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

Autor: EM BONN (ALEMANHA)

Título: É 'inaceitável' o incentivo a petróleo, diz Sarney Filho

Ante plateia formada por ambientalistas, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho (PV-MA) classificou de inaceitável uma medida provisória que reduz os impostos sobre o petróleo proposta pelo colega da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD-SP). Estudo técnico do Congresso calcula que o governo renunciaria a cerca de R\$ 1 trilhão apenas nos campos do pré-sal.

"Foi uma iniciativa do Ministério da Fazenda, só tem a assinatura do ministro da Fazenda. E é lógico que me deixou perplexo", afirmou Sarney Filho nesta segunda-feira (13), em uma das salas da Conferência do Clima, em Bonn.

Ele disse que desconhecia a MP 795 até a semana passada e que, desde então, tenta derrubá-la no Congresso. Prometeu se opor a ela com "todas as forças".

"Logo que soube dessa notícia, liguei pro presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), dizendo que seria inaceitável", afirmou. "Além da renúncia fiscal para petróleo e gás, na contramão da história e da modernidade, ainda teve emendas prorrogando de 2022 para 2040", disse.

"Estou disparando telefonemas, falando, conversando. Gostaria de ter certeza de que vamos reverter, mas vamos lutar", disse o ministro do Meio Ambiente, que deve deixara pasta em março para disputar as eleições.

Na semana passada, a MP foi aprovada por uma comissão especial do Congresso criada para avaliar o tema. Agora, precisa ser aprovada pelos plenários da Câmara e do Senado até 15 de dezembro para que não caduque.

Segundo estudo técnico da assessoria da Câmara, com a eventual aprovação da MP, "tanto a participação governamental direta quanto a participação governamental indireta, caracterizada por tributos, passariam a estar entre as mais baixas do mundo".

Procurado pela reportagem da Folha, o Ministério da Fazenda afirmou que "a edição de qualquer medida provisória é prerrogativa do presidente da República"

O ministro diz ainda que irá aguardar o retorno do titular do Meio Ambiente ao Brasil para entender sobre quais pontos há críticas, (fm)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Eletrobrás lucra R\$ 550 milhões no 3º trimestre

RIO

No dia em que **O Ministro De Minas E Energia, Fernando Coelho Filho**, afirmou que o projeto de lei que determina a modelagem para a privatização da Eletrobrás será enviado ainda hoje à Casa Civil, a estatal anunciou lucro líquido de R\$ 550 milhões no terceiro trimestre de 2017, 37% inferior ao resultado do mesmo período de 2016.

Em comunicado, a Eletrobrás afirma que o resultado foi influenciado pela contabilização da remuneração da Rede Básica Sistemas Existentes (RBSE) em valor superior no ano passado em relação a este ano. A RBSE, ou bens reversíveis, é o conjunto de tudo que é usado exclusiva e permanentemente para produção de energia, como reservatórios, barragens, canais, entre outros. Com a antecipação dos contratos de concessão, o governo teve de indenizar as empresas pela RBSE.

Já o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 2,85 bilhões, e no critério gerencial, que retira efeitos extraordinários, somou

R\$ 1,391 bilhão entre julho e setembro deste ano, crescimento de 71% ante o mesmo período de 2016 por esse critério. Os investimentos no trimestre somaram R\$ 1,305 bilhão, e chegaram a R\$ 3,764 bilhões no ano.

Projeto de lei. Já com relação ao modelo de privatização da estatal que deve ser encaminhado para a Casa Civil, o ministro declarou que "todo mundo sabe da necessidade de o projeto de lei sobre a privatização da estatal ser enviado o quanto antes para o Congresso".

O ministro disse ter recebido do presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o compromisso de que o projeto de lei será votado ainda este ano. "Na conversa que tive semana passada com Rodrigo Maia, que se falou da urgência, ele se comprometeu a ajudar, falou sobre a questão do trâmite do PL. Ele se comprometeu, o PL chegando o quanto antes, a dar celeridade para que a gente pudesse até o fim do ano vencer o projeto na Câmara", contou Coelho Filho. Ele explicou que embora o governo esteja "pulverizando" as ações, com a estatal ficando sem um controlador a escolha do presidente do Conselho da Eletrobrás será da União. RENATO CARVALHO, DANIELA AMORIM E VINICIUS NEDER

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Energia de Belo Monte vai chegar em dezembro

Linhão percorre 2 mil quilômetros, do Pará até São Paulo e Minas; fornecimento deve ajudar a reduzir pressão sobre grandes reservatórios, que estão secos

A linha de transmissão de 2.087 quilômetros de extensão que vai distribuir a energia gerada pela hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, está pronta e passa pelos últimos testes. O chamado bipolo, formado por duas linhas paralelas de transmissão, deve entrar em operação no dia 12 de dezembro.

A operação deve ajudar a reduzir a pressão sobre grandes reservatórios do País, que vivem o pior cenário hídrico da história. No Rio São Francisco, a barragem de Sobradinho, que regula uma série de hidrelétricas rio abaixo, está com apenas 2% de sua capacidade total de armazenamento e deve chegar a zero até o fim deste mês. No Rio Tocantins, o reservatório de Serra da Mesa, o maior do País em volume de água, está com 6% de sua capacidade plena.

Com o início do período chuvoso em dezembro, a linha que carregará a energia retirada do Rio Xingu vai apoiar a entrega de eletricidade das sete turbinas de 611 megawatts (MW) cada que já estão em operação em Belo Monte, além das

máquinas da casa de força complementar da usina, que geram 233 MW. Sem a linha, Belo Monte não teria como distribuir sua energia, por causa de restrições técnicas de linhas locais.

A linha de transmissão custou R\$ 5 bilhões e foi erguida pela concessionária BMTE. Começa no município de Anapu, no Pará, a 17 quilômetros de distância da usina, e corta 65 municípios de quatro Estados – Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais –, até chegar ao município de Estreito, na divisa de Minas e São Paulo. Será a primeira rede de "ultra alta tensão" (800 kilovatts) a funcionar no País.

Testes. "A estrutura foi 100% concluída e os testes com energia já começaram. A partir de dezembro, a geração de Belo Monte começa a chegar à Região Sudeste", disse Newton Zerbini, diretor de meio ambiente da BMTE, concessionária formada pela chinesa State Grid em parceria com Furnas e Eletronorte.

A previsão da BMTE é que o Ibama libere a licença de operação da malha até a primeira semana de dezembro. A autorização é necessária para que a rede seja efetivamente acionada. O prazo, conforme adiantou o Estado em setembro, antecipa em dois meses o cronograma original de operação da linha, que tinha previsão contratual de ser energizada em 12 de fevereiro de 2018.

Neste ano, as obras da BMTE passaram a ser monitoradas semanalmente pelo **Ministério de Minas e Energia**, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com o propósito de antecipar a operação do linhão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna Fernanda Nunes Vinicius Neder / RIO

Título: Petrobrás tem lucro de R\$ 266 mi no 3º trimestre

Apesar de positivo, resultado veio abaixo da projeção de R\$ 2,5 bi do mercado

A Petrobrás registrou lucro líquido de R\$ 266 milhões no terceiro trimestre, revertendo o prejuízo bilionário de R\$ 16,458 bilhões em igual período do ano passado. Apesar de positivo, o resultado veio abaixo das expectativas de analistas de mercado ouvidos pelo "Broadcast/Estadão", que projetavam lucro de R\$ 2,5 bilhões entre julho e setembro, já levando em conta um desempenho ruim no mercado de combustíveis.

O lucro ficou abaixo do esperado por causa de perdas de R\$ 3,356 bilhões com programas de regularização de débitos, contingências judiciais e baixas contábeis. "O operacional não foi tão ruim. O que ruim foi o lucro, muito aquém porque a empresa teve baixas", afirma Pedro Galdi, analista de investimentos da Magliano Corretora.

A perda com esses itens superou o segundo trimestre deste ano, quando foi de R\$ 1,531 bilhão. O destaque veio de contingências judiciais, onde a companhia gastou R\$ 1,061 bilhão. A segunda maior perda foi com "programas de regularização de débitos federais": menos R\$ 1,030 bilhão. Já as baixas contábeis com ativos e investimentos que não poderão ser recuperados custaram R\$ 222 milhões. Ainda assim, o total ficou abaixo dos R\$ 20,215 bilhões do terceiro trimestre de 2016.

"Temos aspectos positivos, como geração de fluxo de caixa. Olhamos com atenção a participação de mercado. Mas, em geral, o resultado continua mostrando números extremamente positivos", afirmou o presidente da Petrobrás, Pedro Parente. "Itens extraordinários reduzem o número final, mas, no geral, a tendência é positiva", disse o executivo, acrescentando que gostaria de pagar dividendos aos acionistas "o mais rápido possível".

Outro fator que limitou o lucro foi o desempenho do mercado de combustíveis, já esperado pelo mercado. A demanda por gasolina e diesel se manteve baixa diante do atual cenário de recuperação lenta da economia, enquanto a nova política de preços impediu receita maior com a comercialização dos produtos. "É uma questão de manter a fatia de mercado", disse Galdi.

Desde julho, na tentativa de barrar a concorrência de importadores, a Petrobrás alinha os preços dos combustíveis nas suas refinarias aos dos mercados internacionais. De um lado, demonstra autonomia em relação ao governo federal, que nas gestões do PT conteve os preços para segurar a inflação. Por outro lado, a prática impede que a companhia compense perdas do passado, de quando manteve os preços congelados.

Com a nova política, o preço de derivados básicos no mercado interno ficou em R\$ 213,41 por barril no terceiro trimestre, queda de 3% ante o segundo trimestre. Assim, o lucro líquido da área de abastecimento caiu 24% na passagem do segundo para o terceiro trimestre, para R\$ 2,643 bilhões.

Já na área de exploração e produção, a extração de petróleo diminuiu no terceiro trimestre, quando a comparação é com o período de abril a junho, "pela maior concentração de paradas programadas de plataformas". Na comparação com o ano passado, houve aumento, com destaque para os

campos do pré-sal. A produção média de janeiro a setembro foi de 2,223 milhões de barris por dia, alta de 1% ante igual período de 2016.

Além disso, a Petrobrás prosseguiu no processo de redução da dívida, que chegou a R\$ 359,412 bilhões ao fim de setembro, 7% menos do que o registrado no fim de 2016.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cláudia Trevisan CORRESPONDENTE / WASHINGTON

Título: Venezuela tem dinheiro só para pagar dívidas

Se honrar pagamentos externos e evitar o default, país não poderá atender às necessidades básicas da população

A receita que a Venezuela obtém com a exportação de petróleo é insuficiente para honrar a dívida externa do país e atender às necessidades básicas de seus 32 milhões de habitantes, disse ontem Russ Dallen, dono do banco de investimentos Caracas Capital Market, especializado no país. "Eles ganham o suficiente para pagar a dívida. Mas, se eles pagarem a dívida, não têm dinheiro para mais nada." A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) anunciou ontem que a produção venezuelana caiu ao mais baixo patamar em três décadas no mês passado, para 1,96 milhão de barris diários. Segundo Dallen, metade desse volume não cria receita corrente para o país: 500 mil barris vão para o consumo doméstico, a preços subsidiados, e outros 500 mil são enviados para China como pagamento de empréstimos concedidos no passado.

"Sobra cerca de 1 milhão de barris diários. Ao preço de US\$ 44,19 cada um, são US\$ 44 milhões ao dia ou US\$ 1,33 bilhão ao mês", observou Dallen. Além da dívida, a Venezuela precisa remunerar as empresas estrangeiras que participam da exploração do petróleo no país. Até agora, o presidente Nicolás Maduro havia dado preferência aos pagamentos da dívida, em detrimento das necessidades dos venezuelanos. "A população está morrendo de fome, não há remédios e muitos estão fugindo para o Brasil e outros países vizinhos", disse Dallen. A Venezuela pretendia dar início ontem ao processo de negociação com credores para reestruturar sua dívida, que soma US\$ 65 bilhões só em bônus denominados em dólares. Mas poucos atenderam à convocação.

A escolha do vice-presidente Tareck El Aissami para liderar as conversações dificultou a presença dos americanos. Acusado de narcotráfico pelos EUA, Aissami é alvo de sanções impostas pelo Departamento do Tesouro. Maduro anunciou que 414 pessoas participariam da reunião, na qual estariam

representados detentores de 91% da dívida em bônus. Dallen disse que sua lista chegava a 194. O sinal de que o encontro teve quórum menor que o anunciado pelo governo é o fato de que nenhuma TV estatal transmitiu as discussões, apesar do anúncio oficial. No domingo, o presidente afirmou que a Venezuela não entraria em default. As atenções estavam voltadas ontem para os vencimentos de US\$ 280 milhões de três bônus emitidos pela Venezuela e pela PDVSA, estatal petrolífera. Se os pagamentos não fossem realizados, isso poderia levar empresas de classificação de risco a declarar que o país entrou em default.

A reunião terminou sem nenhum anúncio oficial. Pessoas envolvidas na negociação disseram à agência EFE que o encontro foi rápido e o governo não fez nenhuma proposta, apenas se queixou das sanções americanas. A Associação Internacional de Swaps e Derivativos se reunirá novamente hoje para avaliar as consequências do atraso no pagamento de títulos da PDVSA. Em tese, em caso de default, os credores poderiam pedir o pagamento imediato de toda a dívida que têm a receber, desde que 25% dos detentores de cada bônus aprovassem a medida. Em ações na Justiça, eles poderiam pedir o bloqueio de ativos e de recursos venezuelanos, entre os quais a refinaria Citgo, que a PDVSA opera no Texas.

Mas Dallen ressaltou que não está claro se essa será a opção dos credores e mencionou o exemplo da renegociação da dívida argentina. Nesse caso, os donos de bônus emitidos na reestruturação da dívida esperaram um ano e meio até receberem os pagamentos no governo Mauricio Macri. Na semana passada, a estatal Eletricidades de Caracas entrou em default depois de deixar de pagar US\$ 27,6 milhões em juros que venceram no dia 9. Brasil. Amanhã, o governo brasileiro deve informar ao Clube de Paris que a Venezuela não honrou seus débitos com o Brasil e em setembro deixou de pagar US\$ 262 milhões. O Ministério da Fazenda enviou carta ao governo venezuelano há uma semana reclamando do atraso do pagamento. Os créditos que o Brasil tem com a Venezuela somariam US\$ 1,5 bilhão.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari Especial para o Correio

Título: Petrobras: lucro de R\$ 266 mi

Depois de sofrer fortes perdas com a Operação Lava- Jato, a Petrobras vêm reduzindo a dívida que acumulou nos últimos anos. No fim de 2015, as pendências financeiras eram de R\$ 392 bilhões e, no balanço divulgado ontem, referente ao período de julho a setembro, alcançaram R\$ 279,2 bilhões. Apesar da queda, o endividamento ainda está longe dos R\$ 100 bilhões do fim de 2011.

Segundo o balanço, a estatal acumulou ganho de R\$ 5 bilhões nos primeiros nove meses do ano, revertendo prejuízo de R\$ 17,3 bilhões no mesmo período de 2016. No terceiro trimestre, porém, o resultado líquido foi de apenas R\$ 266 milhões, bem abaixo da expectativa do mercado, que apostava em ganho de R\$ 2,7 bilhões.

O desempenho do trimestre foi melhor que o do mesmo intervalo do ano passado, que registrou prejuízo de R\$ 16,4 bilhões devido a fortes perdas patrimoniais contabilizadas no balanço. Apesar de ter sido o quarto resultado positivo consecutivo, o resultado do terceiro trimestre ficou bem abaixo dos registrados nos dois primeiros trimestres do ano, quando a companhia teve lucros de R\$ 4,45 bilhões e R\$ 316 milhões, respectivamente.

Processos

De acordo com a estatal, os ganhos do terceiro trimestre foram pressionados por “itens especiais”, entre os quais uma provisão de R\$ 1,06 bilhão para eventuais perdas judiciais. A estatal sofre vários processos de investidores, principalmente nos Estados Unidos, por conta de irregularidades nos balanços de anos anteriores, em consequência da corrupção que dilapidou a empresa.

O presidente da estatal, Pedro Parente, avaliou o balanço trimestral como “muito positivo”. Ele ressaltou, principalmente, as exportações de petróleo e derivados a preços mais altos. Houve expansão de 39% nas vendas para o exterior no acumulado deste ano em comparação com o mesmo período de 2016. Já as importações cresceram 19%. A Petrobras produziu, em média, 2.776 mil barris de óleo por dia, resultado estável em relação a 2016.

Perguntado sobre o retorno do pagamento de dividendos aos acionistas, o diretor financeiro da companhia, Ivan Monteiro, afirmou que gostaria de retomar a distribuição de lucros o mais cedo possível. “Mas não podemos garantir, porque o resultado do ano só sai quando o ano acaba”, afirmou. “Se for positivo, sim, a companhia voltará a pagar dividendos”, completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: MME apressa a entrega do projeto de lei de privatização da Eletrobras à Casa Civil

A minuta do projeto de lei com a modelagem da privatização da Eletrobras deve ser encaminhada à Casa Civil hoje, **disse o ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho**. Havia inclusive a possibilidade de entrega ontem mesmo. O ministro preferiu não traçar um prazo para envio da matéria

ao Congresso, mas reiterou a intenção de que o assunto seja apreciado pela Câmara ainda este ano.

"Evidentemente, a Casa Civil tem o seu trâmite. Todo mundo sabe da necessidade de enviarmos o tema para o Congresso o quanto antes", disse, após participar de evento da Firjan, no Rio.

Questionado sobre a quem seria delegada a relatoria do assunto, o ministro disse que a escolha cabe ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

"Ele se comprometeu a dar celeridade para que a gente pudesse até o final do ano vencer o projeto na Câmara", comentou. Segundo Coelho Filho, a intenção é que, após o envio do projeto da privatização da Eletrobras, o ministério encaminhe para a Casa Civil a proposta de projeto de lei com a reforma do marco do setor elétrico ainda este mês.

O ministro reiterou que o governo pretende concluir ainda este ano a renegociação do contrato da cessão onerosa com a Petrobras. "É um assunto complexo e sensível. Vamos continuar insistindo para celebrar até o final do ano", disse. Segundo ele, o "quanto antes fechar" o acordo, "maior a probabilidade" de o governo leiloar no primeiro semestre do ano que vem os o excedentes da cessão onerosa.

Coelho Filho disse ainda que o governo deve publicar nos próximos dias a resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) com os valores dos bônus de assinatura das cinco áreas do pré-sal que serão ofertadas na quarta rodada de partilha, em 2018. Com a publicação, a Petrobras terá 30 dias para exercer a preferência pela operação das áreas.

Coelho Filho considera que a dependência dos investimentos da Petrobras na indústria de óleo e gás está caindo, à medida que as petroleiras privadas aumentam sua presença no país. "O Brasil onde tudo era de responsabilidade da Petrobras não existe mais", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner, Fabio Graner e Marta Watanabe | Do Rio, Brasília e São Paulo

Título: Medida provisória vai tentar destravar recurso da União com o pré-sal

O governo vai editar medida provisória para tentar resolver o imbróglio em que se transformou a monetização da parcela que cabe à União do petróleo extraído

dos campos explorados no regime de partilha de produção e gerenciados pela Pré-Sal Petróleo (PPSA).

A MP vai permitir que a PPSA comercialize diretamente o petróleo e gás, o que hoje só é possível por meio de um comercializador (ou trading). Ela vai prever também que o valor do petróleo vendido seja baseado nos preços de referência da Agência Nacional do Petróleo (ANP), segundo informou ao **Valor o secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix Bezerra**, que está negociando também com o Ministério do Planejamento.

Esse é mais um avanço na definição de um assunto que vem frustrando as expectativas de receitas esperados pelo governo em 2017. Um dos problemas que a MP vai resolver é a falta de definição legal sobre o que é a receita decorrente da comercialização de petróleo e de gás da União, como prevê a resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de dezembro de 2016.

Só com a definição via MP será possível deduzir das receitas, custos e despesas como a remuneração do comercializador, o pagamento da comissão e custos com seguro, entre outras, explica o presidente da PPSA, Ibsen Flores Lima.

"Várias despesas precisam ser deduzidas e por isso é preciso definir por lei o que é receita de comercialização", diz Lima.

Atualmente a União tem direito sobre parte da produção do campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, onde foi autorizada a produção por meio de um Teste de Longa Duração (TLD). A União também terá direito a parte da produção dos campos de Lula (que já tem acordo de partilha assinado) e Sapinhoá. Esse último depende da assinatura de um Acordo de Individualização da Produção (AIP) com a Petrobras, segundo informou Lima. Segundo ele, os acordos passam a vigorar a partir de 2018.

"Até lá essa produção da União não vai ser perdida, será contabilizada e entrará em um acordo de equalização de gastos e volumes. Todos os custos operacionais e investimentos serão considerados e depois será feita uma conta de subtração das receitas e custos. Se a União for credora o operador vai pagar esse passado para a União. Se for devedora, a União vai pagar em produção até zerar a conta e fazer jus a seu quinhão da produção", explicou Lima.

O preço de referência que vai balizar as transações é calculado pela ANP considerando-se diversos tipos de petróleos produzidos no Brasil. O objetivo é que o governo tenha ao menos um preço mínimo para balizar o cálculos dos royalties e da Participação Especial (PE) devidos pelos produtores. Se uma empresa não informar o valor exato obtido com a venda, vale o preço de referência, ou preço mínimo, como prevê portaria da ANP que vigora desde

2000. A solução não animou muito a equipe econômica, porque não estimularia a busca por melhores resultados na comercialização do óleo.

Para se ter uma ideia de valores em um ambiente em que centavos podem render bilhões, o preço de referência da ANP para o petróleo do campo de Lula em setembro era de R\$ 1.011,4866 por metro cúbico. Já o petróleo de Libra tinha preço de R\$ 996,5423. Para permitir que a PPSA comercialize diretamente o petróleo da União, terão que ser definidas regras por meio de MP, porque a Lei 12.304/2010, que criou a estatal, estabelece obrigações que estão trazendo dificuldades para a contratação de uma comercializadora ou trading.

O artigo 4º prevê como uma das funções da PPSA "monitorar e auditar as operações, os custos e os preços de venda de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos" extraídos dos campos concedidos sob o regime de partilha da produção.

Outros critérios da Resolução 12/2016 do CNPE - e que restringe a capacidade de contratação da PPSA - obrigam, por exemplo, que sejam adotados mecanismos contratuais "que busquem a minimização dos custos inerentes à atividade de comercialização pelo agente comercializador" do petróleo ou gás, e a "minimização dos riscos da União associados à atividade de comercialização".

Entre as obrigações do comercializador, o artigo 4º da resolução prevê que ele "deverá definir o comprador final observando a presente política e os critérios objetivos estipulados contratualmente pela PPSA". A Petrobras, que podia ser contratada diretamente pela PPSA, não se interessou pelo negócio. O mesmo aconteceu com as "tradings" internacionais que operam no segmento. Na avaliação de uma fonte da indústria, a legislação da forma como está cria um negócio que entra "no intestino comercial" das companhias, com o governo querendo ter certeza de que não vai perder um centavo, ignorando os riscos comerciais assumidos pelo comprador.

"As cargas trocam de mãos. Uma companhia pode vender para outra. Em algumas operações o petróleo muda de mãos três ou quatro vezes antes de chegar ao destino", explica uma fonte.

A PPSA já consultou algumas companhias de petróleo que operam no Brasil sobre o interesse de comprar o petróleo da União. Flores Lima citou a Petrobras, Repsol, Galp, Shell e as chinesas CNPC e CNOOC entre as que manifestaram interesse. Algumas já são sócias dos campos de onde ele será extraído. Outras têm participação acionária nos campos gigantes como Libra e Lula, para citar alguns.

Segundo o presidente da PPSA, a venda direta para essas empresas, que ficariam encarregadas de retirar o petróleo nas plataformas onde fica armazenado, pode ser feita por meio de uma processo de licitação simplificada. A venda será fechada com quem oferecer o melhor preço para a União.

Ao mesmo tempo em que o governo se movimenta para resolver os entraves da comercialização do petróleo da União, a ANP vai contabilizar em janeiro de 2018 o novo preço de referência do petróleo. Até agora critérios usados pela ANP para o cálculo seguem portaria de 1998 e duas portarias de 2000. O novo preço de referência será calculado tomando como base uma cesta formada por até quatro tipos de petróleos comercializados no mercado internacional, convertidos para o real. Os novos critérios foram definidos pela Resolução nº 5/2017 do CNPE.

Apesar de a nova fórmula valer a partir de janeiro, a metodologia de cálculo não terá efeito imediato sobre os pagamentos, já que o Decreto 9.042, de maio de 2017, prevê quatro anos para a introdução gradual do novo preço de referência. Isso significa que as duas metodologias vão conviver até 2022.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Claudia Schüffner, Fabio Graner e Marta Watanabe | Do Rio, São Paulo e Brasília

Título: MP resolve imbróglio da partilha

O governo vai editar Medida Provisória para tentar resolver o imbróglio em que se transformou a monetização da parcela que cabe à União no petróleo do pré-sal extraído em regime de partilha. A MP vai permitir que a Pré-Sal Petróleo S.A comercialize diretamente o petróleo e o gás, o que hoje só é possível através de uma trading. Vai prever também que o valor do petróleo vendido, em geral para as próprias empresas que o extraem, seja contabilizado com base nos preços de referência da ANP, segundo informou ao Valor **o secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix Bezerra.**

O preço de referência é calculado pela ANP considerando os diversos tipos de petróleo produzidos no Brasil. O objetivo é que o governo tenha um preço mínimo para balizar o cálculos dos royalties e das participações especiais devidos pelos produtores. O preço de referência da ANP para o óleo do campo de Lula, em setembro, era de R\$ 1.011 por metro cúbico. Para o de Libra, R\$ 996.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Arícia Martins | De São Paulo****Título: Reajuste de combustíveis impõe viés de alta à inflação**

A nova política de preços de combustíveis da Petrobras coloca viés de alta na inflação de novembro, que deve acelerar em relação a outubro, avaliam economistas. As projeções atuais para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atualmente em cerca de 0,45%, podem ser ajustadas para cima, a depender dos próximos movimentos da estatal.

Ontem, a Petrobras anunciou outro reajuste do combustível nas refinarias, de 1,2%, válido a partir de hoje, a sétima correção apenas neste mês. Contabilizando as cinco altas e duas quedas concedidas até agora, houve avanço de 6,2% ao distribuidor em novembro. Desde o início da nova metodologia, em 3 de julho, o aumento é de 28,78%. A gasolina tem peso de 4,1% no indicador oficial de inflação.

Fabio Romão, da LCA Consultores, mantém em 0,46% sua estimativa para a variação do IPCA este mês, mas deve rever a previsão para a gasolina, devido aos reajustes com frequência quase diária. Nos cálculos de Romão, cada 10% de alta do combustível ao distribuidor chega com intensidade menor às bombas, de 4,5%, e adiciona 0,19 ponto percentual ao índice de inflação.

O economista pondera, no entanto, que os reajustes nas refinarias não estão sendo repassados com a mesma intensidade ao consumidor, nem no mesmo momento em que ocorrem. "A demanda não chancela os repasses, e o dono de posto não tem como acompanhar os reajustes que são quase diários", diz.

Nas estimativas da LCA, a gasolina vai subir 6,18% este ano, uma das principais pressões sobre os preços administrados, que devem aumentar 8,24%. Em 2018, devido à tendência de alta prevista para o petróleo e também para o câmbio, o combustível deve acelerar para 8,22%, projeta Romão. "Esse é um dos motivos pelo qual estimo alta de 4,5% para o IPCA no ano que vem", diz.

A alta adicional de 1,2% da gasolina nas refinarias pode fazer com que a inflação de novembro seja maior do que o projetado, concorda André Muller, da AZ Quest. Em seus cálculos, o IPCA vai subir 0,45% este mês, mas o número pode ser revisto para cima em função da trajetória do combustível. "A projeção está considerando aumento de 2,3% da gasolina, mas o número deve ser maior do que isso em função do que está acontecendo", diz Muller, referindo-se aos reajustes periódicos.

Considerando que o nível da gasolina nas refinarias permaneça inalterado e que todo o aumento já efetuado seja repassado pelos postos aos consumidores, ainda existe um impacto potencial de 0,15 ponto percentual no IPCA vindo do combustível, calcula.

"Não é esperado que isso aconteça e os postos não devem repassar todos os aumentos de uma vez, mas essa estimativa reforça o viés de alta para as projeções de inflação", diz Muller. No cenário da gestora de recursos, o IPCA encerrará 2017 com alta de 3,15%, com avanço de 7,8% da gasolina, também impulsionado pelo aumento da alíquota de PIS/Cofins sobre o combustível. Nas estimativas do economista, cada 10% de reajuste da gasolina nas refinarias adiciona 0,2 ponto ao IPCA.

A previsão de alta de 3,2% para o indicador oficial de inflação em 2017 tem alguma "gordura" para acomodar possíveis pressões não incorporadas da gasolina, que deve aumentar 7% no ano, afirma Márcio Milan, da Tendências Consultoria. "A estimativa é daí para cima", diz.

De acordo com Milan, para o próximo ano o único fator de alívio no cenário é a expectativa de ausência de novos reajustes na alíquota de PIS/Cofins. A tendência para o barril de petróleo no mercado internacional é de alta, diz, e a perspectiva de depreciação do câmbio deve ajudar a pressionar a gasolina internamente.

O diesel também vem sendo reajustado quase diariamente e acumula valorização de 24,17% desde julho, mas seus impactos sobre o IPCA são indiretos e devem ser observados no próximo ano, quando forem incorporados aos reajustes de transporte público, observa Romão, da LCA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Petros, Funcef e Previ aderem à arbitragem contra Petrobras

Os três principais fundos de pensão do país aderiram à arbitragem "coletiva" contra a Petrobras, que busca reproduzir no país o mecanismo da ação coletiva que corre contra a estatal na Justiça dos Estados Unidos. Segundo adiantou na tarde de ontem o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, o primeiro a aderir foi a Petros, fundo de pensão de funcionários da Petrobras, na sexta-feira. Ontem, formalizaram a adesão os fundos Previ (Banco do Brasil) e Funcef (Caixa).

Até agora, a arbitragem tem adesão de 250 investidores pessoa física, alguns com posições significativas. Além disso, os principais fundos de investimento entraram no processo, que já soma mais de 320 adesões. A expectativa é que, com a adesão dos maiores fundos de pensão, os grandes acionistas entrem, em um efeito cascata. Com a pressão exercida pelos cotistas e pensionistas, pesa à favor da adesão o dever fiduciário dos gestores dos fundos de buscar ressarcimento das perdas registradas.

Ainda não há uma estimativa financeira para o valor do processo, mas advogados e especialistas estimam que a ação, se proceder, tem o potencial de resultar em uma indenização bilionária para os investidores. O **Valor** apurou que a Petros sozinha estima ter de R\$ 4 bilhões a R\$ 7 bilhões a receber.

Liderado pelo escritório de advocacia Modesto Carvalhosa, o processo quer replicar, na medida do possível, a ação coletiva movida contra a Petrobras nos Estados Unidos, que representa os investidores que negociaram ADRs da estatal entre janeiro de 2010 e julho de 2015. No caso da arbitragem, podem aderir todos que tiverem negociado ações da companhia na B3 neste mesmo período.

A estatal já fechou acordos para encerrar 21 ações individuais de fundos de investimento nos Estados Unidos

Os cálculos, no entanto, são muito complexos, e ainda estão sendo feitos por uma empresa externa contratada pelos advogados, que vai tentar replicar a metodologia utilizada para calcular indenizações nas ações coletivas dos Estados Unidos. É excluído, por exemplo, o efeito variação dos preços do petróleo nas ações, assim como a variação média na bolsa em geral. A ideia é calcular apenas o efeito dos comunicados supostamente falsos publicados pela Petrobras, além das descobertas de corrupção no âmbito da Lava-Jato.

O período para adesões termina quando forem indicados os três árbitros do processo, que será movido na Câmara de Arbitragem do Mercado, na B3. Cada uma das partes indica um, e o terceiro é escolhido por ambos. A expectativa é que o prazo vá até o fim deste mês. Os fundos de pensão Telos (da Embratel) e Forluz (da Cemig) estão entre os próximos de aderir.

No caso da Petros, os pensionistas exerceram forte pressão pela adesão, apesar da Petrobras ser patrocinadora do fundo de pensão. O pensionista Sergio Salgado, que foi suplente do conselho fiscal do fundo entre 2007 e 2011, disse ao **Valor** que chegou a mandar uma carta ao presidente da Petros, Walter Mendes, solicitando a adesão do fundo. A situação é mais complexa ainda. Mendes foi conselheiro independente da Petrobras entre abril de 2015 e agosto de 2016.

Além de uma ação civil pública, que precisa ser proposta por uma associação ou pelo Ministério Público, a arbitragem passou a ser a única alternativa dos minoritários, definido em uma cláusula do estatuto da própria Petrobras.

Essa é a primeira vez que alguém tenta replicar uma ação coletiva no Brasil, a fim de garantir que os investidores com ações no mercado local também tenham direito a um ressarcimento, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos. A estatal já fechou acordos para encerrar 21 ações individuais de fundos de investimento nos Estados Unidos, envolvendo cerca de US\$ 448 milhões em indenizações.

Com o enfraquecimento da ação coletiva na Justiça americana, uma vez que a Petrobras conseguiu uma nova suspensão enquanto o Tribunal Superior de Apelações avalia um novo recurso, os investidores estão concentrando seus esforços na arbitragem.

Aqui, quem vai decidir se o caso procede ou não são os árbitros. O entendimento dos advogados do Modesto Carvalhosa é que a companhia, que se coloca como vítima dos atos de corrupção, teria que responder aos investidores. A Lei Anticorrupção, de 2013, ajuda a sustentar esse pleito, ao determinar que as "pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não".

O processo também se baseia nas regras gerais de responsabilidade civil previstas no Código Civil, e em leis que regulam o mercado de capitais, como a Lei 7.913, de 1989, que trata de indenizações aos investidores de danos causados por operações fraudulentas, manipulação de preços ou criação de condições artificiais para operações.

Em princípio, a decisão de uma corte arbitral tem efeito vinculante e não pode ser revista pelo poder judiciário. É possível pedir a nulidade, mas precisaria ser provada "violação da ordem pública". Dificilmente o caso da Petrobras chegará nesse ponto, pois, para evitar um desgaste maior, é natural que a companhia procure um acordo.

Procurada, a Petrobras não respondeu ao **Valor**, mas enviou comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no início da noite informando que "ainda não foi notificada acerca da adesão" dos fundos. Petros e Funcef não se manifestaram até o fechamento desta edição. A Previ disse que não iria comentar. **(Colaborou Juliana Schincariol, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Shell busca oportunidade em geração de energia**

Depois de sair vencedora de três lotes nos leilões do pré-sal, no fim de outubro, a gigante petrolífera anglo-holandesa Shell está de olho em oportunidades de aquisições na área de geração de energia do Brasil. A iniciativa está em linha com a estratégia do grupo em relação à transição energética global, adotada por outras petroleiras.

"Estamos olhando negócios. [Pode ser] aquisição ou oportunidade de desenvolvimento em conjunto", afirmou o presidente da Shell no Brasil, André Araujo, após participar de evento na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Segundo ele, o interesse da companhia é em geração de energia como um todo.

Araujo disse não haver um prazo previsto para a conclusão de algum negócio do tipo no país. Segundo ele, a Shell está interessada em investir em geração de energia, mas não há um "desespero" para fechar rapidamente alguma operação só para mostrar ao mercado.

Na área de energia, a Shell obteve este ano a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a atividade de comercialização de energia elétrica.

Com relação às áreas arrematadas nos leilões do pré-sal deste ano, Araujo contou que a empresa quer acelerar o desenvolvimento da área de Gato-do-Mato, na Bacia de Santos, da qual a companhia já era dona de uma parte e adquiriu este ano a extensão da área. "Queremos fazer a primeira perfuração em Gato-do-Mato em 2019", explicou.

Segundo o executivo, estão mantidos os planos de investir US\$ 2 bilhões ao ano até 2020 no Brasil, onde a empresa já produz cerca de 330 mil barris diários de petróleo (incluindo áreas em que não é operadora). Para o período depois de 2020, a companhia vai "refazer seus números", disse ele, devido às aquisições nos leilões do pré-sal.

Nas licitações, a Shell arrematou como operadora a extensão de Gato-do-Mato, junto com a Total, e a área de Alto de Cabo Frio Oeste, em parceria com QPI e CNOOC. A empresa também venceu a concessão da área de Entorno de Sapinhoá, em sociedade com Petrobras (operadora) e Repsol Sinopec.

O executivo sinalizou ainda que a companhia aguarda a aprovação do regime especial aduaneiro Repetro, pelo Congresso, e a publicação, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de resolução regulamentando o "waiver" com relação ao conteúdo local de contratos de concessão anteriores a este ano, para concluir a contratação da primeira plataforma de produção em larga escala do campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. A Shell possui 20% no consórcio dono da área, em parceria com a Petrobras (operadora, com 40%), Total (20%), CNPC (10%) e CNOOC (10%).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Valor

Título: Eletrobras espera decisão sobre class actions até meados de 2018

RIO - A Eletrobras espera ter até meados do próximo ano uma decisão sobre as ações coletivas movidas contra a empresa, e alguns de seus dirigentes, no Tribunal Distrital dos Estados Unidos, as "class actions".

"Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução e até meados do ano de 2018 a companhia estima que deverá haver uma decisão acerca das classes de ações incluídas na demanda, o que se denomina 'class certification'", informou a Eletrobras, em nota explicativa sobre os resultados do terceiro trimestre deste ano.

As "class actions" alegam que os atos de corrupção e fraude envolvendo empresas nas quais a Eletrobras participa teriam ocasionado relevante prejuízo em relação às ações da companhia, já que não haviam sido informados nos registros públicos da elétrica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Equatorial é candidata a ativos da Eletrobras

Com a experiência na recuperação das distribuidoras Cemar (MA) e Celpa (PA), baixo nível de endividamento e um caixa de R\$ 2,6 bilhões no fim do terceiro trimestre, a Equatorial Energia é tida pelo mercado como a principal candidata para adquirir algumas das distribuidoras que a Eletrobras pretende vender no próximo ano.

Criada em 1999 pela PPL Global LLC, a Equatorial tem entre seus principais acionistas hoje a Squadra (14,7%), Opportunity (9,83%), BlackRock (5,77%) e o fundo soberano de Cingapura GIC (5,04%).

Segundo o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Equatorial, Eduardo Haiama, ainda é cedo para dizer se a empresa disputará as distribuidoras da Eletrobras. "Ainda estamos vendo os números para decidir que ativos nos interessam", disse ele, em teleconferência com analistas sobre os resultados do terceiro trimestre, na última semana. A Equatorial fechou o trimestre com lucro líquido de R\$ 312 milhões, 65,2% maior que em igual período de 2016.

A modelagem da venda das distribuidoras da Eletrobras foi publicada na última semana pelo Conselho do Programa de Parceria de Investimentos (CPPI). O BNDES deverá abrir nos próximos dias os "data rooms" das distribuidoras. O leilão está previsto para ocorrer no fim de março ou início de abril.

O diretor da Equatorial disse esperar pouca competição pelas distribuidoras da Eletrobras, já que a maioria delas está situada em áreas complexas. Das seis empresas, quatro estão situadas na região Norte: Amazonas Distribuidora (AM), Eletroacre (AC), Ceron (RO) e Boa Vista Energia (CERR). Outras duas ficam no Nordeste: Cepisa (PI) e Ceal (AL).

A Equatorial também analisa a chance de adquirir o controle da Light, em processo aberto pela Cemig, mas, observa, é cedo para dizer qual será o interesse da empresa pelo negócio. "Estamos olhando oportunidades no mercado. Em todos os processos que estiverem 'na rua', pode ter certeza que estaremos lá [olhando]", afirmou.

Haiama também comentou que a empresa analisa participar do leilão de transmissão da Aneel, em 15 de dezembro, mas não indicou em quais lotes a companhia tem interesse. "Estamos avaliando esse leilão de dezembro. Hoje, podemos afirmar que temos uma empresa de transmissão, dado a escala que atingimos. Sempre que houver leilões vamos analisar", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Balanço da Eletrobras

A Eletrobras fechou o terceiro trimestre com lucro líquido de R\$ 537,6 milhões, queda de 37,7% em relação ao resultado de um ano atrás. Na mesma base de comparação, a receita líquida cresceu 4,4% no período, para R\$ 8,9 bilhões. A atualização financeira das indenizações dos ativos antigos de transmissão teve efeito líquido de tributos de R\$ 596 milhões no resultado, ante ganho de R\$ 990 milhões em igual trimestre de 2016. O resultado sofreu ainda impacto de provisão para o plano de aposentadoria extraordinária.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti | De Bonn

Título: Na era Trump, EUA promovem o carvão na conferência do clima

Pela primeira vez na história das conferências climáticas, os EUA não têm um pavilhão oficial no evento. O que existe, um grande iglu branco logo fora da entrada principal da CoP-23, em Bonn, na Alemanha, foi bancado pelo bilionário Michael Bloomberg, ex-prefeito de Nova York, e estruturado por organizações como o WWF e o WRI. É a materialização de um país dividido na questão climática.

A participação dos EUA na conferência (presidida por Fiji e sediada pela Alemanha) exhibe dois polos opostos. A que vem sendo chamada de "delegação alternativa" tem empresários, religiosos, cientistas, senadores e governadores democratas como o californiano Jerry Brown, à frente de um Estado voltado para a economia limpa.

Na outra ponta, o único evento patrocinado por aliados do presidente Donald Trump ocorreu ontem e não podia ser mais provocador. Promovia o carvão - num evento que estimula energias renováveis - e energia nuclear, numa Alemanha que se esforça para banir este tipo de energia de sua matriz. "É um evento produzido para o público interno de Trump", disse ao **Valor** Alden Meyer, diretor da ONG americana UCS.

O painel "O papel de combustíveis fósseis mais eficientes e da energia nuclear na mitigação climática" ocorreu numa sala com 200 lugares. Duas horas antes, já havia mais de 300 pessoas na fila. Minutos antes dos painelistas falarem, Jay Inslee, governador do Estado de Washington, entrou na sala e dirigiu-se aos jornalistas: "Donald Trump não pode nos parar. Ele não tem autoridade constitucional para impedir que eu baixe um decreto colocando um teto para a poluição por carbono", disse.

Inslee lembrou que a US Climate Alliance, fundada no dia seguinte ao anúncio de Trump que os EUA saíam do Acordo de Paris, tem governadores de 14

Estados e Porto Rico, mais de 400 prefeitos e mais de 2.500 cidades, Estados, empresas, instituições acadêmicas e grupos religiosos no movimento chamado "We Are Still In" (Ainda Estamos Dentro). "Se fôssemos um país, seríamos a terceira economia do mundo", disse. A governadora de Oregon, Kate Brown, também democrata, emendou: "Trump rejeita a economia do futuro. Somos o primeiro Estado que banuiu a eletricidade gerada por carvão. Se você quer ampliar sua economia, foque nos empregos do futuro".

Francis Brooke, conselheiro do vice-presidente Mike Pence e moderador do painel, disse que "estamos felizes em discutir clima com qualquer um. Alguns dizem que nosso evento é provocativo. Prefiro dizer que é controverso. Queremos uma discussão honesta que proporcione segurança energética."

George David Banks, assessor especial de Trump para ambiente e energia, citou dados da Agência Internacional de Energia de que há 1.600 novas usinas de carvão em 62 países do mundo. "Quando os combustíveis fósseis serão usados, serão da forma mais limpa e eficiente possível. As renováveis têm futuro brilhante, mas dizer que é possível ter segurança energética com eólica e solar é ingênuo".

Barry K. Worthington, diretor executivo da United States Energy Association, disse que "o mundo continuará por muitos anos a usar combustíveis fósseis", que terão uma fatia não menor a 40% do mix energético global em 2050. Para ele, esse é o caminho inevitável para dar acesso a energia a mais de um bilhão de pessoas em países pobres. Nesse momento, quase toda a plateia o interrompeu e começou a cantar uma música de protesto contra o carvão.

Os jovens se retiraram, e o evento seguiu com a fala de representantes da empresa de carvão Peabody, da nuclear NuScale Power e da exportadora de gás Tellurian.

Nas discussões das regras de implementação do Acordo de Paris, os negociadores americanos, liderados até agora pelo veterano Trigg Talley, continuam seguindo os pontos que sempre foram caros aos EUA. Querem um sistema único de regras de transparência e contabilidade de emissões, que tenha flexibilidade, mas seja o mesmo para todos. Recusam a ideia de dois sistemas separados, para países desenvolvidos e em desenvolvimento. "Eles dizem que não têm nenhuma ordem de Washington e que seguem como vinham fazendo antes", diz um observador.

Em financiamento, contudo, os americanos seguem a ordem de Trump de que não haverá mais dinheiro americano para o clima. Nos próximos dias espera-se a chegada do diplomata americano Thomas Shannon para liderar os negociadores. Ele já foi embaixador dos EUA no Brasil e é subsecretário de

Estado para Assuntos Políticos. "Isso pode ser bom para o Brasil", avalia um diplomata.

A jornalista viajou à CoP-23 a convite do Instituto Clima e Sociedade (ICS)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Agências internacionais

Título: China puxa novo recorde nas emissões de CO2 neste ano

As emissões de dióxido de carbono pela queima de combustível fóssil voltaram a subir após três anos. Serão lançados neste ano na atmosfera 37 bilhões de toneladas de CO₂, aumento de 2% em relação a 2016, devido principalmente ao crescimento econômico mais forte da China, segundo relatório do Global Carbon Project, consórcio internacional de pesquisa, divulgado ontem na Alemanha.

"Já deveríamos estar reduzindo as emissões globais para podermos alcançar [emissão] zero a tempo de manter a mudança climática sob controle", disse Corinne Le Quéré, professor da Universidade de East Anglia e principal autor do estudo. "Todo ano em que as emissões aumentam significa que teremos de reduzir mais as emissões [no futuro], ou teremos níveis mais altos de mudança climática."

Gases de carbono representam apenas 0,4% da atmosfera, mas são os principais do efeito estufa.

"O mundo ainda não alcançou o pico de emissões", diz o relatório. Ele aponta que as emissões de CO₂ caíram em 22 países que respondem por 20% das emissões globais, mas aumentaram em 101 países que juntos representam 50% da poluição. Estima-se que a China - maior poluidora global - aumentará suas emissões em 3,5% neste ano. Uma das explicações para isso é que a desaceleração econômica da China na primeira parte desta década foi mais acentuada dos que os dados oficiais sugeriram.

Incluindo as emissões provocadas pelo desmatamento, 2017 deverá se igualar o recorde de missão de 41 bilhões de toneladas de CO₂ registrado em 2015. A China será responsável por 28% desse total.

Os EUA, segundo maior poluidor, com 15% do total, reduziram suas emissões em 1,2% ao ano por uma década. Neste ano, o ritmo vai desacelerar para 0,4%, refletindo a alta no uso de petróleo e carvão. Em 2017, o consumo de carvão nos EUA deverá crescer pela primeira vez em cinco anos, cerca de 0,5%.

A alta nas emissões de CO₂ sugere que o mundo está se afastando do rumo estabelecido pelo Acordo de Paris há dois anos, no qual os países concordaram em limitar o aumento na temperatura global em 2º C em relação ao período pré-industrial. Cientistas alertam que as promessas de redução de emissões dos países não bastam para o cumprimento dessa meta.

"As emissões estão seguindo o que os países prometeram, mas o que os países prometeram não está nem perto do suficiente para cumprir os objetivos de Paris", disse Glen Peters, coautor do relatório e diretor do Centro para Pesquisa de Mudança Climática em Oslo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Agências internacionais

Título: Produção de petróleo na Venezuela segue em queda

A produção de petróleo na Venezuela caiu em outubro para menos de 2 milhões de barris diários, nível mais baixo em quase três décadas. Os números foram divulgados ontem no relatório da Organização de países Exportadores de Petróleo (Opep).

Segundo a Opep, a Venezuela registrou produção de 1,955 bilhão de barris por dia no mês passado, em comparação com a produção de 2,08 bilhões de barris diários em setembro. As cifras são ainda mais baixas se levarem em conta fontes secundárias e chegam a 1,86 bilhão de barris/ dia.

A Venezuela é extremamente dependente das divisas de exportações petroleiras, responsáveis por 96% de tudo o que exporta.

As cifras são divulgadas no momento em que o país vive a pior crise econômica de sua história recente e enfrenta problemas para pagar sua dívida externa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Aumento da gasolina ajuda a ampliar demanda por etanol

As vendas de etanol hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos) das usinas do Centro-Sul do país às distribuidoras surpreenderam em outubro e registraram incremento de 21% em relação ao mesmo mês de 2016. Foi a primeira vez neste ano que esse tipo de comparação resultou em variação positiva (*ver infográfico*).

O salto é explicado basicamente pelo aumento dos preços da gasolina. Como o derivado do petróleo está cada mais caro nos postos, em razão de repasses de valorizações no mercado internacional, o biocombustível tem se tornado uma alternativa economicamente vantajosa nos grandes centros de consumo do país, como São Paulo.

Conforme a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), as usinas do Centro-Sul venderam às distribuidoras 1,5 bilhão de litros de hidratado em outubro, melhor resultado mensal desde outubro de 2015. Mesmo que nem todo esse volume tenha necessariamente sido vendido nos postos, o dado é um termômetro do comportamento da demanda ao longo da cadeia produtiva.

Analistas concordam que o aquecimento da demanda, que começou a ganhar força em agosto, não teria acontecido se não fosse a forte alta da gasolina, que reflete a nova diretriz da Petrobrás de repassar ao mercado interno as variações internacionais de preços.

Do início do ano até a semana passada, o preço médio da gasolina nos postos de São Paulo subiu 0,37% (já descontada a inflação), para R\$ 3,687 o litro. No exterior, a gasolina tem acompanhado o petróleo, cujas cotações atingiram o maior nível em cerca de dois anos em meio a tensões geopolíticas.

Embora também estejam em ascensão nas últimas semanas, os preços do etanol têm se mantido vantajoso em grandes Estados consumidores. Em São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, que concentram mais de dois terços da demanda nacional pelo biocombustível, os preços do etanol seguem equivalentes a menos de 70% dos valores cobrados pela gasolina.

No padrão mais aceito pelo mercado, 70% é o limite para a manutenção da vantagem econômica do etanol em relação à gasolina. Mas em muitos Estados onde o percentual está acima de 70%, como Rio de Janeiro, Paraná e Goiás, a diferença nominal está acima de R\$ 1 por litro, o que favorece o etanol, como lembra Martinho Ono, presidente da SCA Trading. "Talvez o brasileiro nunca tenha pago uma gasolina tão cara como agora. E o etanol, mesmo com preços altos, mostra-se muito competitivo".

Segundo Ono, a demanda por etanol deverá continuar forte no país ao menos até dezembro por causa dessa vantagem. Mas há uma possibilidade de que as vendas sejam ligeiramente menores em novembro que em outubro por causa dos feriados e porque o mês tem um dia útil a menos. Mas em dezembro a demanda tende a ser vultosa, até porque normalmente as compras aumentam com viagens de fim de ano e associadas às férias escolares.

Ono avalia, entretanto, que o etanol poderá subir mais no início de 2018, durante a entressafra, e perder sua vantagem ante a gasolina, caso as usinas precisem "forçar" uma redução da demanda para adequá-la à oferta. Mas ele não vê risco de desabastecimento.

A eventual continuidade da "escalada" dos preços do etanol e seus efeitos sobre a demanda preocupa o mercado como um todo. Para uma fonte do setor de combustíveis, se o etanol deixar de ser uma opção mais econômica que a gasolina, o consumo do ciclo Otto - que inclui etanol e gasolina - poderá recuar, já que a renda da população ainda não se recuperou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Raízen eleva previsão de investimento para até R\$ 2,6 bi na safra

A Raízen Energia, joint venture entre Cosan e Shell, elevou em R\$ 200 milhões a projeção para os investimentos em bens de capital (Capex) que fará nesta safra 2017/18, que terminará em março. A companhia passou a estimar aportes entre R\$ 2,3 bilhões e R\$ 2,6 bilhões, ante o intervalo de R\$ 2,1 bilhões e R\$ 2,4 bilhões previsto anteriormente.

O "ajuste" reflete investimentos que serão realizados nas duas usinas que a Raízen adquiriu da Tonon Bioenergia, tanto na incorporação dessas unidades como em sua manutenção. Anunciada recentemente, a aquisição foi fechada por R\$ 823 milhões.

Em teleconferência com analistas, Guilherme Machado, diretor de relação com investidores da Cosan, os investimentos nessas duas usinas no interior paulista - a Santa Cândida, localizada em Bocaina, e a Paraíso, situada em Brotas -, ficarão "um pouco abaixo" de R\$ 200 milhões.

Na época da aquisição, a Raízen sinalizou que iria priorizar investimentos nos canaviais ligados às duas plantas industriais, mas que também realizaria aportes em manutenção preventiva e na troca de máquinas agrícolas.

O negócio com a Tonon foi concluído em setembro, já no fim do segundo trimestre da safra 2017/18. Dessa forma, o impacto das operações das duas novas plantas no resultado da Raízen Energia foi "quase imaterial" no período, disse Machado. A companhia encerrou o trimestre com lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de R\$ 1,033 bilhão.

Em contrapartida, a incorporação dos novos ativos já aumentou a incidência de "despesas incrementais", conforme relatório de resultados divulgado pela joint venture. Não foi um fator determinante, mas influenciou o crescimento de 34% das despesas da Raízen Energia no segundo trimestre da safra atual ante o mesmo período do ciclo passado, para R\$ 435 milhões - a variação refletiu com mais força o maior volume de vendas e a concentração de despesas gerais e administrativas, segundo a companhia.

As duas novas usinas da Raízen têm capacidade para moer, juntas, 5 milhões de toneladas de cana por safra. Ambas estão em atividade, mas abaixo de sua capacidade, e o aumento da ocupação ocorrerá "capturando eficiência ao longo da próxima safra", segundo Guilherme Machado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Chrystiane Silva e Juliana Machado | De São Paulo

Título: Ibovespa oscila, mas sobe 0,43% no fim do dia

A continuidade da saída de investidores estrangeiros da bolsa de valores, aliada às preocupações com a votação da reforma da Previdência, tem pesado sobre a decisão de investimento no mercado acionário. Ontem, o dia foi de bastante oscilação na bolsa de valores. O Ibovespa chegou a cair 0,54% e a subir 0,79% durante o pregão, mas fechou com valorização de 0,43% aos 72.475 pontos. O Ibovespa só ganhou fôlego na última meia hora de negócios após o anúncio da saída do ministro das Cidades, Bruno Araújo, do PSDB, do cargo. A avaliação dos investidores é que a demissão do ministro vai permitir o início da reforma ministerial, o que pode acelerar a votação da reforma da Previdência.

De acordo com o Itaú BBA, em relatório distribuído a clientes, do ponto de vista da análise gráfica o Ibovespa pode buscar o próximo suporte em 70.500 pontos, seguido pelos suportes em 67.800 pontos e 66.500 pontos, região pela qual passa a média móvel do índice. "Do lado da alta, o Ibovespa encontra resistências em 73.500, 74.500 e 75.200 pontos. Acima deste nível, o índice sairá da tendência de baixa e encontrará as próximas resistências em 77.100 e 78.000 pontos", informa o banco. Para um movimento de recuperação mais consolidado, o Ibovespa precisa superar os 73.500 pontos.

Ontem, o giro financeiro do Ibovespa ficou em R\$ 6,01 bilhões, abaixo da média diária do ano, que é de R\$ 7,9 bilhões. Segundo operadores, o baixo volume de negócios é reflexo da apreensão dos investidores com a votação da reforma da Previdência. "O mercado ganhou uma dinâmica de volatilidade com a Previdência. Sobe em um dia e cai no outro, de acordo com as notícias sobre a

reforma. Com isso, os papéis que têm um beta mais alto acabam reagindo de maneira mais intensa", diz um operador.

Além disso, neste mês, até o dia 9, os investidores estrangeiros já sacaram R\$ 2,10 bilhões da bolsa de valores. O valor superou toda a retirada feita em outubro, que foi de R\$ 1,83 bilhão. Os estrangeiros têm diminuído a exposição aos ativos de risco, apostando em uma possível valorização do dólar. No ano, o ingresso de recursos estrangeiros no mercado de ações ainda está positivo, em R\$ 10,76 bilhões.

Entre as ações mais negociadas, os destaques de alta ficaram com as ações preferenciais da Usiminas, que subiram 4,07%. O presidente da empresa, Sérgio Leite, disse que o mercado de aços planos tem potencial para crescer de 5% a 10% no país no ano que vem. Também fecharam em alta os papéis preferenciais de classe B da Eletrobras, com alta de 2,07%; as ações ordinárias tiveram ganho de 1,25%.

De acordo com Carlos Soares, analista de investimentos da corretora Magliano, a instituição considera que o anúncio de privatização da Eletrobras ainda é um evento positivo para as ações. "Entendemos que o mercado reage sob a perspectiva de que [a privatização] ocorra o quanto antes", diz.

As ações da Petrobras fecharam em baixa, seguindo a queda do preço internacional do petróleo. As ações preferenciais da estatal recuaram 0,48% e os papéis ordinários caíram 0,29%. A empresa teve lucro líquido de R\$ 266 milhões no terceiro trimestre, abaixo do esperado pelos analistas.

MME / ASCOM .